

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico

Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

02 NOV 1990 Liberdade econômica

Em decorrência do desempenho de sua economia e por força de mobilização de boa parte de suas potencialidades o Brasil posicionou-se como a oitava economia dos tempos modernos. O produto interno bruto do País é o somatório das riquezas produzidas em cada um dos segmentos econômicos, sua expressão final incorpora também os vícios e as distorções que, embora parasitárias não impedem a sinalização positiva. De há muito a Nação aguarda a oportunidade de livrar-se das deformações que cumulativamente foram agregadas aos sistemas produtivos e a muitos dos seus agentes. Tais aberrações se constituíram em condomínios fechados de privilégios e favorecimentos, autênticas fortalezas, resistentes a todo e qualquer propósito de modernidade. Heranças trágicas de coalizões espúrias para conquistar e manter o poder político.

O aval de 35 milhões de votos que levaram o presidente Collor ao Palácio do Planalto credencia o atual governo para a grande missão de restituir ao Brasil a sua plena capacidade de lutar por dias melhores para o povo e como um todo. Nesse sentido estruturou-se o Programa Federal de Desregulamentação com o objetivo de desobstruir os canais de produção e dos serviços, libertando o ordenamento econômico e social do parasitismo que soma nas rubricas de lucros cessantes dos grandes balanços nacionais. No desempenho dessa missão o Governo proporciona ao País inestimável contribuição. Acaba de ser extinto o cartel dos combustíveis, abrindo espaço para a livre competição na distribuição dos produtos energéticos e de lubrifica-

ção, bem como o engarrafamento e a entrega do gás de cozinha, fonte cativa de lucros e de onde a concorrência fora aliçada. O gerenciamento da atividade econômica, em tal caso, resumia-se tão só na luta sem quartel para evitar o aumento de competidores e uma permanente prática de lobby para garantir o espaço cartorial.

Numa outra vertente da eliminação de maus usos e costumes, o programa avançou, por igual, no sentido de limpar os caminhos das forças de trabalho e dos seus agentes, extinguindo a exigência de registros inúteis para a qualificação profissional, desta feita valendo-se de um projeto de lei a ser submetido ao Congresso Nacional para fins de apreciação legislativa. Na mesma faina desativou a exigência da abreugrafia para o credenciamento de mão-de-obra, condição responsável por ônus descabidos em prejuízos dos trabalhadores.

A economia de mercado exige uma revisão crítica dos mecanismos que mobilizam as forças da economia. O Brasil, para competir com as sete nações que o antecedem na hierarquia mundial, reclama grande poder de competitividade, a par de incontroversa nitidez econômica, de estruturação de custos de produção, com vistas à otimização dos preços finais. A desregulamentação que o Governo empreende leva nas causas e efeitos de seu trabalho essa tarefa de indiscutível validade e de extraordinário sentido atual. Afinal de contas, concorrência internacional registra nada mais nada menos do que os EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Japão, Canadá e Itália, um respeitável elenco de países.